

Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**A FUNDAMENTAÇÃO SUBSTANCIAL DAS
DECISÕES JUDICIAIS COMO GARANTIA
DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Jéssica Razia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

L852 **Lopes, Flávio Humberto Pascarelli**

A fundamentação substancial das decisões judiciais como garantia do Estado Democrático de Direito / Flávio Humberto Pascarelli Lopes. - 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2023.

278 p.

ISBN: 978-65-5908-475-3

1.Direito. 2. Decisões judiciais. I. Título.

CDU: 343.10

Bibliotecária Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

DOI: 10.53071/boo-2022-10-27-635aec6a6c39c

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



**tirant
lo blanch**

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com
tirant.com/br - editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	7
APRESENTAÇÃO	13
<i>Mauro Luiz Campbell Marques</i>	
PREFÁCIO.....	15
<i>Lenio Luiz Streck</i>	
AGRADECIMENTOS.....	19
INTRODUÇÃO.....	21
1. PAPEL CONSTITUCIONAL DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS MAGISTRADOS.....	27
1.1. Conceito e natureza das Escolas da Magistratura	27
1.2. Marco inicial das Escolas da Magistratura	29
1.3. Necessidade das Escolas da Magistratura para a formação continuada dos magistrados.....	30
1.4. Escola Superior da Magistratura do Estado do Amazonas.....	41
2. CAMINHOS DO CONSTITUCIONALISMO: DO ESTADO LEGAL AO ESTADO JUDICIAL	47
2.1. Passos para a liberdade	47
2.2. Constituindo os fundamentos da liberdade	49
2.3. Democracia como companheira.....	55
2.4. No caminho, a democracia brasileira	58
2.5. Direitos fundamentais: sempre no horizonte	60
2.6. No caminho, a constitucionalização da ordem jurídica.....	63
2.7. Chegando ao Estado judicial.....	68
2.8. No constitucionalismo contemporâneo, planos podem ser alterados sem a democracia?	73
3. FUNDAMENTAÇÃO SUBSTANCIAL DAS DECISÕES JUDICIAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	93
3.1. Motivação.....	97
3.2. Justificação	103
3.3. Fundamentação.....	113
3.3.1. Partes da sentença	114
3.3.2. Sentença, conteúdo, eficácias e efeitos.....	116
3.4. Defesa do racionalismo e do positivismo normativo	119
3.5. Multiplicidade de resposta possíveis, discricionariedade decisória e consistência do sistema jurídico	127

3.5.1. Contexto da decisão (descoberta) e da justificação.....	128
3.5.2. Verdade como definição e como critério.....	130
3.5.3. Problema da interpretação.....	133
Conclusão da seção	138
4. ASPECTOS CONCRETOS DAS DECISÕES JUDICIAIS: UMA PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DOS MAGISTRADOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	139
4.1. Resultados da pesquisa	141
4.1.1. 1ª Parte – Perfil do magistrado com relação à carreira.....	141
4.1.2. 2ª Parte – Formação acadêmica dos magistrados pesquisados	142
4.1.3. 3ª Parte – Percepção de proficiência em outras áreas do conhecimento.....	143
4.1.4. 4ª Parte – Percepção sobre os limites da atuação do Poder Judiciário	146
4.1.5. 5ª Parte – Construção colaborativa das decisões e fundamentação.....	147
4.2. Análise de alguns dos dados.....	149
A) Fundamento do Direito e sua interação com a moral	151
B. Percepção do papel do magistrado no Estado Democrático de Direito.....	156
C. Limites da interpretação das normas.....	157
D. Vinculação aos precedentes.....	157
4.3. Casos concretos.....	158
Relevância da pesquisa	166
Conclusão da seção	167
CONCLUSÃO	169
POSFÁCIO.....	183
<i>Rodrigo Ribeiro Bastos</i>	
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICES	205